

SALÃO DE  
INICIAÇÃO CIENTÍFICA  
**XXIX SIC**  
  
**UFRGS**  
PROPESQ



múltipla   
**UNIVERSIDADE**  
inovadora  inspiradora

<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2017: SIC - XXIX SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2017
<b>Local</b>	Campus do Vale
<b>Título</b>	Alimentação escolar, agricultura familiar e vinculação partidária: uma análise a partir de municípios do Rio Grande do Sul
<b>Autor</b>	HORRANA DA SILVA ANDREOLI
<b>Orientador</b>	CATIA GRISA

**Título:** Alimentação escolar, agricultura familiar e vinculação partidária: uma análise a partir de municípios do Rio Grande do Sul

**Instituição:** Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Campus Litoral Norte

**Autora:** Horrana da Silva Andreoli

**Orientadora:** Cátia Grisa

**Demais co-autores:** Lilian Pelegrini e Vanderlei Franck Thies

Em 2009 aconteceu uma mudança importante na alimentação escolar brasileira no sentido do fortalecimento da agricultura familiar, da promoção do desenvolvimento local e da segurança alimentar e nutricional. Trata-se da Lei nº. 11.947 que estabeleceu que, no mínimo, 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) destinados à alimentação escolar devem ser aplicados na aquisição de produtos da agricultura familiar, dando prioridade a segmentos específicos da categoria social (quilombolas, indígenas e assentados da reforma agrária), organizados socialmente e situados no espaço local. Esta mudança resultou da confluência de um conjunto de reivindicações manifestas desde a década de 1990, dentre elas demandas expressas pelo Governo Paralelo, e também pelo Projeto Fome Zero, elaborado pelo Instituto da Cidadania (2001) e balizador do Primeiro mandato do Presidente Lula. Considerando que esta foi uma demanda importante de atores e organizações vinculados ao Partido dos Trabalhadores, este trabalho procurou analisar se a vinculação partidária dos prefeitos e dos vice-prefeitos gaúchos foi um elemento que influenciou na participação da agricultura familiar na alimentação escolar. Neste sentido, procurou-se evidenciar os partidos dos prefeitos e dos vice-prefeitos no período 2008-2011 e 2012-2015 por meio do mecanismo “divulgacand” do Tribunal Superior Eleitoral, e relacioná-los com os percentuais de participação da agricultura familiar na alimentação escolar divulgados pelo FNDE. No entanto, os resultados desta análise, considerando a média do Rio Grande do Sul, sinalizam que a vinculação partidária dos prefeitos e vice-prefeitos não é um elemento explicativo importante para o objeto em questão. Com o intuito de aprofundar a reflexão sobre influências partidárias e outros elementos determinantes na participação da agricultura familiar na alimentação escolar, a pesquisa realizou seis entrevistas semiestruturadas com gestores públicos vinculados à alimentação escolar em quatro municípios (Imbé, Tramandaí, Osório e Tiradentes do Sul), sendo três deles com participação do PT em uma ou ambas as gestões do período 2008-2015. Confluentes com o que apontam muitos estudos, as entrevistas indicaram diversos elementos que interferem no percentual de participação da agricultura familiar na alimentação escolar, tais como: a) dificuldades organizacionais dos agricultores familiares em termos de cooperativas ou associações, o que favoreceria o atendimento da demanda estruturada; b) ausência de mediadores sociais atuando na promoção da organização dos agricultores familiares e na articulação com os mercados institucionais; c) falta de interesse de gestores públicos em promover a participação da agricultura familiar acima dos 30% exigidos pela legislação; e, d) dificuldades de infraestrutura (transporte) da agricultura familiar). Nesta etapa da pesquisa, novamente a vinculação partidária (notadamente ao PT) não pareceu ser um fator propulsor de participação acentuada da agricultura familiar na alimentação. Esta foi uma demanda presente em mobilizações e documentos históricos do Partido, o mesmo não encontra correspondência no âmbito dos municípios gaúchos.